1 Contexto operacional

A Excelsior Alimentos S.A. ("Companhia"), controlada direta e indiretamente (por meio da Baumhardt Comércio e Participações Ltda.) pela JBS S.A., localizada no Estado de Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Cruz do Sul, tem como principal atividade a produção de industrializados de embutidos de carnes, é líder nacional da produção e comercialização de patês em bisnagas, sendo seus principal produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o Rio Grande do Sul como seu principal mercado.

Em 30 de outubro de 2013, a JBS S.A., acionista controlador da Companhia ("JBS"), protocolou perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e a BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, o pedido de registro da Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de emissão da Companhia, por alienação de controle com a adoção de procedimento diferenciado, visando aquisição, da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado, nos termos do artigo 254-A da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e do artigo 34 da Instrução da CVM nº 361") e ("OPA"). O fato relevante referente ao pedido de registro da OPA, foi divulgado ao mercado em 30 de outubro de 2013. Em 18 de junho de 2014, a JBS enviou Carta-Convite, aos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias da Excelsior Alimentos S.A. ("Companhia"), para participar da OPA da Excelsior, visando à aquisição de até a totalidade das ações ordinárias em circulação no mercado de emissão da Excelsior. Após transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias para manifestação, não foi constatada a adesão de nenhum acionista da Excelsior destinatário da OPA. Após a verificação do término do prazo para adesão da OPA, em 21 de julho de 2014, não houve a adesão de nenhum acionista detentor de ações ordinárias da Excelsior no âmbito da OPA. Como resultado, a composição acionária da Excelsior permanece inalterada. Desta forma, a OPA foi concluída nos termos da Instrução da CVM nº 361.

A Companhia tem suas acões listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

2 Elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias

a) Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias e as notas explicativas da Empresa estão apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, e foram elaboradas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Instrução Normativa No 1.397 e Lei 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627 de 2013)

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a MP 627 cuja conversão em Lei 12.973 ocorreu em 13 de maio de 2014. A referida Lei traz alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição (RTT); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As providências da nova Lei entram em vigor a partir do exercício de 2015, entretanto é permitido que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014, dessa forma a Companhia, orientadas pelos seus assessores legais, está avaliando sua adoção antecipada para o exercício de 2014, mas não espera que sua adoção tenha efeitos relevantes nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

c) Moeda funcional e de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

d) Aprovação das informações contábeis intermediárias

A autorização para emissão das informações contábeis intermediárias foi concedida pela Administração em 10 de novembro de 2014.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia.

Nas demonstrações do resultado a receita operacional é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Na nota explicativa 19 apresentamos a conciliação da receita operacional líquida.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 R1 - Receitas, a receita é reconhecida quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- (iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens; e
- (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, sejam confiavelmente mensuradas.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das informações contábeis intermediárias requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

e) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "despesas operacionais" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do período.

f) Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 (R1) - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

g) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando a estimativa de vida útil econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa 10.

h) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

i) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

j) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 por ano ou R\$ 60 por trimestre para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

k) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

I) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis não estão provisionados, porém estão divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não estão provisionados nem divulgados.

m) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

n) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

• Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do período. O instrumento financeiro classificado nessa categoria é "Caixa e Equivalentes de caixa".

· Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. O principal ativo que a Companhia possui classificado nesta categoria é "Contas a receber".

· Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros, incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos; fornecedores, débitos com Companhias ligadas e outras contas a pagar.

· Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

o) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis intermediárias, em conformidade com as instruções contidas no IAS 7/CPC 3 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

q) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia inclui na divulgação das suas informações contábeis intermediárias a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiamentos, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da rigueza não distribuída.

r) Novos pronunciamentos contábeis

A Companhia analisou os novos pronunciamentos contábeis e concluiu que não há efeitos para serem divulgados antecipadamente nas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2014.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.14	31.12.13
Caixas e bancos	253	1.854
Aplicações financeiras - CDB	11.949	1.053
	12.202	2.907
	#REF!	#REF!

As aplicações financeiras estão sujeitas a risco insignificante de alteração de valor e são remuneradas a taxa média de 100,50% da variação do CDI. A Companhia não possui nenhuma restrição de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

5	Contas à receper de chentes		
		30.09.14	31.12.13
	Duplicatas a vencer	11.910	13.390
	Duplicatas vencidas:		
	De 1 a 30 días	1,241	1.921
	De 31 a 60 dias	18	28
	De 61 a 90 dias	26	4
	Acima de 90 dias	190	243
	Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(184)	(244)
		1.291	1.952
		13.201	15.342
	Conforme IAS 32/CPC 39 Instrumentos Financeiros, segue a movimentação da PECLD:	#REF!	#REF!
		30.09.14	31.12.13
	Saldo inicial	(244)	(165)
	Adições	(251)	(419)
	Baixas	311	340
	Saldo final	(184)	(244)
6	Estoques		
U	Estoques	30.09.14	31.12.13
	Mercadorias e Produtos acabados	2.448	1.861
	Produtos em processo	321	209
	Matérias-primas e embalagens	2.742	1.782
	Almoxarifado	487	465
	riinozandao	5.998	4.317
		#REF!	#REF!
7	Impostos a recuperar		
		30.09.14	31.12.13
	ICMS	495	308
	IPI	3	2
	IRRF	4	9
	PIS e COFINS	356	274
	ICMS, PIS e COFINS sobre faturamento não embarcado - IAS 18/CPC 30	242	180
		1.100	773
	Desmembramento:		
	Ativo circulante	#REF!	#REF!
	Ativo não circulante	#REF!	582
		#REF!	#REF!

IRRF

Os créditos são provenientes de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicações financeiras realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

ICMS, PIS e COFINS sobre faturamento não embarcado - IAS 18 / CPC 30 (R1)

Refere-se a provisão para estorno dos impostos incidentes sobre as vendas, nas quais, todas ou uma das condições abaixo relacionadas não foram satisfeitas:

- (a) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos e/ou mercadorias vendidas foram inteiramente transferidos para o comprador;
- (b) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos e/ou mercadorias vendidas em grau normalmente associado à propriedade, nem efetivo controle de tais produtos e/ou mercadorias vendidas;
- (c) o valor da receita pode ser confiavelmente mensurado;
- (d) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- (e) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, podem ser confiavelmente mensuradas.

8 Outros ativos circulantes e não circulantes

	30.09.14	31.12.13
Sinistro à receber (i)	358	651
Adiantamentos a funcionários	369	134
Eletrobrás	-	3.307
Adiantamentos a fornecedores	21	164
Importações em andamento	-	25
Depósitos Judiciais (nota 17)	597	675
Outros		5
	1.345	4.961
Desmembramento:	<u></u>	
Ativo circulante	748	4.286
Ativo não circulante	597	675
	1.345	4.961
	#REF!	#REF!

⁽i) A Companhia possuía em 30 de setembro de 2014 valor a receber no montante de R\$ 358, referente a sinistro ocorrido no mês de agosto de 2013, no armazém de terceiro, localizado em Esteio-RS, com previsão de recebimento durante o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2014.

9 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado são a seguir apresentados:

	30.09.14		31.1	2.13
	Clientes	Fornecedores	Clientes	Fornecedores
Seara Alimentos Ltda	-	2.878		4.489
JBS S.A.	-	-	-	7
Sul Valle Alimentos Ltda	-	582	-	-
Com. Ind. Massas Alimentícias Massa Leve	-	132	-	-
	-	3.592		4.496

Impactos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado:

	30.09.14		30.09.13	
	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Seara Alimentos Ltda	32.517	-	35.219	-
JBS S.A.	44	-	11	-
Sul Valle Alimentos Ltda	1.448	-	-	-
Com. Ind. Massas Alimentícias Massa Leve	695	-	-	-
	34.704	-	35.230	-

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações de compra da Companhia das empresas ligadas, a preços e condições semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 a Companhia comprou R\$ 34.704 de matérias-primas/mercadorias das empresas ligadas.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos exercícios de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	30.09.14		31.12.13	
	Membros	Valor agregado	Membros	Valor agregado
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	4	482	4	504
Participação proposta para os administradores	-	431		431
	4	913	4	935

O Diretor-Presidente e de Relação com Investidores, faz parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

De acordo com o IAS 24/CPC 05 (R1) – Apresentação de Partes Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho regido pela CLT ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

10 Imobilizado

a) Composição do imobilizado

-, -			-	Líqui	do
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	30.09.14	31.12.13
Terrenos	0,0%	1		1	1
Imóveis	4,0%	5.452	(2.259)	3.193	2.770
Máquinas e equipamentos	10,0%	12.893	(5.962)	6.931	6.424
Móveis e utensílios	10,0%	181	(95)	86	69
Instalações	10,0%	1.417	(896)	521	407
Equipamentos de informática	20,0%	404	(277)	127	100
Veículos	20,0%	631	(360)	271	339
Obras em andamento		350	-	350	594
	_	21.329	(9.849)	11.480	10.704

A Companhia efetua anualmente revisão da vida útil dos ativos imobilizados. A Administração da Companhia revisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado, e em seu entendimento estão adequadas as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado, conforme está sendo aplicadas atualmente, conforme divulgado no quadro acima.

b) Movimentação sumária do imobilizado

Custo corrigido	31.12.13	Adições	Baixas	Transferências	30.09.14
Terrenos	1	-	-	-	1
Imóveis	4.920	-	(54)	586	5.452
Máquinas e equipamentos	11.805	1.099	(12)	-	12.892
Móveis e utensílios	158	27	(4)	-	181
Instalações	1.257	74	(9)	94	1.416
Equipamentos de informática	361	53	(6)	4	412
Veículos	812	45	(225)	-	632
Obras em andamento	594	440	-	(684)	350
	19.908	1.738	(310)		21.336

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para r (Em milhares de reais)	nove meses findos em 30 de s	setembro de 2014 e 2013.

Depreciação acumulada	31.12.13	Adições	Baixas	Transferências	30.09.14
Imóveis	(2.150)	(109)	-	-	(2.259)
Máquinas e equipamentos	(5.381)	(581)	1	-	(5.961)
Móveis e utensílios	(89)	(9)	3	-	(95)
Instalações	(850)	(45)	-	-	(895)
Equipamentos de informática	(261)	(30)	6	-	(285)
Veículos	(473)	(75)	187	-	(361)
	(9.204)	(849)	197		(9.856)
Imobilizado líquido	10.704	889	(113)		11.480

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

A Administração da Companhia revisa periodicamente se há evidências sobre a necessidade de registro de "impairment" para os bens do ativo imobilizado e não identificaram a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

11	Intangível					
	·			30.09.14		31.12.13
			Custo	Amortização	Líquido	Líquido
	Softwares		78	(13)	65	35
			78	(13)	65	35
	Movimentação do ativo intangível					
	mornionayao ao atro mangro.		31.12.13	Aquisições e adições	Baixas	30.09.14
	Softwares		39	39	_	78
	Amortização de Softwares	20,0%	(4)	(9)	-	(13)
			35	30		65
12	Fornecedores					
					30.09.14	31.12.13
	Materiais e serviços				5.341	4.234
	Produtos acabados				3.591	4.496
					8.932 #REF!	8.730 #REF!
					#1161:	#IILI:
13	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais					
	,				30.09.14	31.12.13
	Salários e encargos sociais				1.437	1.425
	Provisões para férias, 13º salário e encargos				1.863	1.171
	PLR - Participação nos lucros e resultados				870	1.122
	Imposto de renda e contribuição social sobre lucro				205	729
	IRRF a recolher				66	108
	PIS e COFINS a recolher				561	706
	ICMS a recolher				1.600	1.724
	Parcelamentos fiscais (REFIS IV) Outras				5.111	5.449
	Outras				11.713	12.435
	Desmembramento:				11.710	12.400
	Passivo circulante				7.316	7.980
	Passivo não circulante				4.397	4.455
					11.713	12.435
					#REF!	#REF!
	Desmembramento:				#HEF!	#HEF!
	Trabalhistas				4.170	3.718
	Tributárias				7.543	8.717
	Estadual				1.600	1.724
	Federal				5.943	6.993
	1 000101				3.343	0.000

12.435

11.713

14 Dividendos declarados

		30.09.14	31.12.13
	Dividendos declarados em 2013	#REF!	922
		#REF!	922
		#REF!	#REF!
15	Provisões terceiros e outros		
		30.09.14	31.12.13
	Honorários advocatícios a pagar	-	902
	Trade Marketing a pagar	766	842
	Seguros a pagar	77	-
	Fretes e comissões	1.551	1.370
	Outras	576	658
		2.970	3.772
		#REF!	#REF!

16 Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre diferenças temporárias.

a) Reconciliação da alíquota do imposto de renda e contribuição social

a) Ticostoliaguo da disquota do imposto do Forida e contribuição cocidi	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13
Lucro antes da tributação Alíquotas nominais	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
(Adições) exclusões permanentes: (Adições) exclusões temporárias: Base Imposto - Sem prejuízo fiscal de anos anteriores	403 (387) #REF!	7 93 #REF!	78 (387) #REF!	7 93 #REF!
Prejuízo Fiscal (Limitado 30% da base de cálculo do imposto no período)	(3.355)	(3.045)	(3.258)	(3.045)
Base Imposto	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Alíquota - 9% Alíquota - 15% Alíquota adicional-10% (excluído R\$ 180mil) Dedução PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador)	- #REF! #REF! (57)	#REF! #REF! (73)	#REF! - -	#REF! - - -
Imposto a Pagar Imposto Pago/Compensado Saldo de Imposto a Pagar	#REF! (1.735) #REF!	#REF! (1.543) #REF!	#REF! (626) #REF!	#REF! (582) #REF!
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	#REF!	#REF!		
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	#REF!	#REF!		

b) Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço patrimonial

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social estão limitadas a 30% do lucro tributável.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos têm a seguinte origem:

	30.09.14	31.12.13
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	2.893	4.025
Provisão para contingência trabalhista	122	170
Provisão de perda com crédito de liquidação duvidosa	6	54
PLR – Participação dos Lucros e Resultados	296	381
Faturamento não entregue	81	71
Outros	61	22
Total dos impostos diferidos ativos	3.459	4.723
Passivo		
Ajuste da depreciação	(483)	(483)
Total dos impostos diferidos passivos	(483)	(483)
Impostos diferidos líquidos - Ativos/(Passivos)	2.976	4.240
Receita/(Despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.264)	

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

Com base em estudo técnico das projeções de lucros tributários futuros a Companhia estima a realização dos ativos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa nos seguintes exercícios:

Período	Estimativa de realização	Percentual de realização
2014	397	13,73%
2015	659	22,78%
2016	681	23,55%
2017	733	25,34%
Após 2017	422	14,60%
	2.893	100,00%

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período.

17 Provisão para riscos processuais

A Companhia possui processos em andamento, oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas em estimativas de seus consultores legais. As principais informações desses processos, em 30 de setembro de 2014, estão assim representadas:

			30.09.14	31.12.13
Trabalhistas			359	500
			359 #REF!	500 #REF!
Movimentação das provisões			#NEF:	#NEF:
	31.12.13	Adição	Baixas	30.09.14
Trabalhistas	500	60	(201)	359
	500	60	(201)	359

Processos trabalhistas

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia era parte em 40 ações de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 1.202. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 359 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de pagamento de horas extras, e de adicional de insalubridade.

Contingências possíveis

A Companhia também é partes envolvidas em processos trabalhistas, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, em 30 de setembro de 2014 com 11 processos era no valor total de R\$ 362 (em 31 de dezembro de 2013 com 22 processos era no valor total de R\$ 581).

Depósitos judiciais

A companhia quando necessário efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências. O saldo em 30 de setembro de 2014 era de R\$ 597 (R\$ 675 em 31 de dezembro de 2013).

18 Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2014 é representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 ações ordinárias e 2.375.293 ações preferenciais.

As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais tem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios apurados conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

b) Reserva de lucro

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

19 Receita operacional líquida

	01.01.14 a 30.09.14	01.07.14 a 30.09.14	01.01.13 a 30.09.13	01.07.13 a 30.09.13
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS				
Receitas de vendas de produtos e mercadorias				
Mercado nacional	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Impostos sobre as vendas	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!

20 Resultado financeiro líquido

	01.01.14	a a	01.01.14 01.07.14 01.01.13	01.01.13	01.07.13
	a 30.09.14		a 30.09.13	a 30.09.13	
	30.09.14	30.09.14	30.09.13	30.09.13	
Juros Ativos	515	241	149	50	
Juros Passivos	(438)	(142)	(972)	(351)	
Descontos obtidos	11	6	3	1	
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(26)	(2)	(20)	(3)	
	62	103	(840)	(303)	
	ZRFF!	ZKFF!	XKFF!	#RFF!	

21 Outras (despesas)/receitas e despesas

Outras despesas e receitas em 30 de setembro de 2014 no montante de R\$ (313), composto de despesas R\$ (892) e receitas de R\$ 579, e em 30 de setembro de 2013 montante de R\$ 338, composto de despesas R\$ 891) e receitas de 553, referem-se basicamente à:

- (a) outras despesas, pagamento aos funcionários a participação de resultados (PRL), taxas e multas diversas e resultado de baixas/venda bens ativo imobilizado.
- (b) outras receitas, indenização sinistros, resultado na venda de bens ativo imobilizado, sucatas e materiais recicláveis.

22 Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do período pela quantidade de total de ações conforme demonstrado abaixo:

	30.09.14	30.09.13
Lucro líquido do período	#REF!	#REF!
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - Lote de mil	2.847	2.847
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais - Lote de mil	2.375	2.375
Total de ações em circulação - Lote de mil	5.222	5.222
Lucro por ação - Básico - R\$	#RFF!	#RFF!

Diluído

A Companhia não apresentou o cálculo do lucro por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras ou outros instrumentos conversíveis que possam ocasionar diluição do lucro por ação, sendo assim os valores do lucro da ação são iguais no básico e diluído.

23 Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Apresentamos a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

Classificação por natureza	01.01.14 a 30.09.14	01.07.14 a 30.09.14	01.01.13 a 30.09.13	01.07.13 a 30.09.13
Depreciação e amortização	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Despesas com pessoal	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(38.150)	(12.161)	(36.777)	(12.526)
Impostos, taxas e contribuições	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Remuneração de capitais de terceiros	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Outras receitas operacionais	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Classificação por função	01.01.14 a 30.09.14	01.07.14 a 30.09.14	01.01.13 a 30.09.13	01.07.13 a 30.09.13
Custo dos produtos vendidos	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Despesas com vendas	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Despesas gerais e administrativas	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Resultado financeiro líquido	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Outras receitas e despesas operacionais	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
			#REE!	#REE!

24 Segmentos operacionais

A Companhia possui 2 (dois) segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. Para cada uma dessas unidades, a Administração analisa os relatórios internos ao menos trimestralmente. Segmentos reportáveis: Processados Resfriados e Congelados.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a Administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias. A precificação de transações entre os segmentos é determinada com base em valores de mercado.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:		
	30.09.14	30.09.13
Receitas líquidas totais do segmento		
Processados resfriados	74.758	71.490
Processados congelados	18.689	14.642
Total	93.447	86.132
	#REF!	#REF!
Depreciação apresentada por linha de produto:	20.00.14	30.09.13
Depreciação e amortização	30.09.14	30.09.13
Processados resfriados	704	467
Processados congelados	154	96
Total	#REF!	#REF!
Total de ativos por segmento:	30.09.14	31.12.13
Total de ativos		
Processados resfriados	39.764	38.120
Processados congelados	8.729	5.198
Total	48.493	43.318
	#REF!	#HEF!
Total de receitas e despesas financeiras por segmento:	30.09.14	30.09.13
Total de receitas e despesas financeiras	30.09.14	30.09.13
Processados resfriados	51	(697)
Processados congelados	11	(143)
Total	62	(840)
	#REF!	#REF!
Total de lucro/prejuizo divulgado por segmento:	99.99.44	20.00.10
Total do lucro divulgado	30.09.14	30.09.13
Processados resfriados	6.017	5.577
Processados congelados	1.321	1.142
Total	7.338	6.719
	#REF!	#REF!
Receitas líquidas apresentadas por área geográfica		
Possitos límuidos tatais de commento	30.09.14	30.09.13
Receitas líquidas totais do segmento Rio Grande do Sul	69.011	68.906
Santa Catarina	15.886	9.475
Paraná	8.550	7.751
Total	93.447 #REF!	86.132 #REF!
Depreciação apresentada por área geográfica		
200000000000000000000000000000000000000	30.09.14	30.09.13
Depreciação e amortização		
Rio Grande do Sul	634	450
Santa Catarina	146	62
Paraná	78	51
Total	858	563
Total de ativos por área geográfica:	#REF!	#REF!
	30.09.14	31.12.13
Total de ativos		
Rio Grande do Sul	35.812	32.922
Santa Catarina	8.244	6.498
Paraná	4.437	3.898
Total	48.493	43.318
	#REF!	#REF!

25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros e o limite máximo de indenização para 30 de setembro de 2014 é de R\$ 20 milhões.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações contábeis intermediárias, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

26 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Em sua rotina operacional, a Companhia gera exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas, seguindo diretrizes tracadas pela Administração na Política de Gestão de Riscos.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e região onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. As vendas da Companhia se concentram em canais de grandes redes, auto serviço e revendedores, o que limita concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido, somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

Ativos	Nota	30.09.14	31.12.13
Caixa e equivalentes de caixa	#REF!	#REF!	#REF!
Contas a receber de clientes	#REF!	#REF!	#REF!
		#REF!	#REF!
		30.09.14	31.12.13
Duplicatas a vencer		11.910	13.390
Duplicatas vencidas:			
De 1 a 30 dias		1.241	1.921
De 31 a 60 dias		18	28
De 61 a 90 dias		26	4
Acima de 90 dias		190	243
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)		(184)	(244)
		1.291	1.952
		13.201	15.342
		30.09.14	31.12.13
Saldo inicial		(244)	(165)
Adições Baixas		(251) 311	(419) 340
Saldo final		(184)	(244)

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é garantir, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Empresa de acordo com os respectivos vencimentos:

Em 30 de setembro de 2014	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Total	#REF!		#REF!	#REF!	#REF!
Em 31 de dezembro de 2013	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Total	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d) Risco de moeda

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa não estão sujeitos a variações cambiais de moedas estrangeiras, sendo assim não há risco associado à variação de moedas. Dessa forma, a Companhia não está apresentando análise de sensibilidade quantitativa referente a risco da exposição à variações cambiais de moedas estrangeiras.

e) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros é decorrente de possíveis flutuações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. Visando minimizar possíveis impactos, advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação nas linhas de crédito, alternando a contratação com taxas variáveis e taxas fixas. Na data das presentes informações contábeis intermediárias, a Companhia não mantinha instrumentos financeiros, sensíveis à variação da taxa de juros, além das aplicações financeiras divulgadas na nota 04, as quais são remuneradas a taxa média de 100,50% da variação do CDI e não estão sujeitas a risco significante de alteração de valor. Por tanto, a Companhia não está apresentando a análise quantitativa da sensibilidade à variação da taxa de juros.

f) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- · exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- · exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- · cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- · documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- · exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- · desenvolvimento de planos de contingência;
- · treinamento e desenvolvimento profissional;
- · padrões éticos e comerciais:
- · mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

g) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado. Bem como, manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, é apresentada a seguir:

	30.09.14	31.12.13
Total do Passivo Circulante e não Circulante	#REF!	#REF!
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	#REF!	#REF!
(=) Dívida Líquida (A)	#REF!	#REF!
Total do Patrimônio Líquido (B)	#REF!	#REF!
Relação Dívida	#REF!	#REF!

h) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Empresa, conforme quadro abaixo:

	Nota	30.09.14	31.12.13
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	#REF!	11.949	1.053
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e bancos	4	253	1.854
Contas a receber de clientes	#REF!	#REF!	#REF!
Total		#REF!	#REF!
Passivos			
Passivos pelo custo amortizado			
Fornecedores	#REF!	#REF!	#REF!
#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Total		#REF!	#REF!

i) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas informações contábeis intermediárias pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

De acordo com IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

Hierarquia de valor justo

	Valor	Valor contábil em 30.09.14			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativos circulantes					
Aplicações financeiras	11.949	-	-		
	Valor	Valor contábil em 31.12.13			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativos circulantes					
Aplicações financeiras	1.053	-	-		

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		30.09.14		31.12.13	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	#REF!	253	253	1.854	1.854
Aplicações financeiras	#REF!	11.949	11.949	1.053	1.053
Contas a receber de clientes	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Ativos financeiros totais		#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Fornecedores	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
Dividendos declarados	14	#REF!	#REF!	(922)	(922)
Passivos financeiros totais		#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
		#REF!	#REF!	#REF!	#REF!

DIRETORIA EXECUTIVA

Renato Jackisch

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Eliseo Santiago Perez Fernandez Diretor Administrativo e Financeiro

Adilson Bergamo Contador CRC: MT-007248/O-0 T-RS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wesley Mendonça Batista Presidente do Conselho

Gilberto Tomazoni Conselheiro Renato Jackisch Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal revisou o Relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2014

Nossa revisão compreendeu: a) análise das informações contábeis intermediárias elaboradas pela Companhia; b) acompanhamento dos trabalhos de revisão realizados pelos auditores externos; e c) indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos administradores.

Com base em nossa revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o relatório de revisão dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal não tem conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias acima mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nela contidas.

Santa Cruz do Sul-RS, XX de outubro de 2014

Demetrius Nichele Macei Presidente do Conselho

Florisvaldo Caetano de Oliveira Conselheiro Julimar Roberto Rota Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto 1o, do artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2014; e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2014.

Santa Cruz do Sul-RS, XX de outubro de 2014

Renato Jackisch

Eliseo Santiago Perez Fernandez

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Diretor Administrativo e Financeiro